

## A temática “abuso sexual” sob a ótica das Representações Sociais de alunos do 9º ano do ensino fundamental

### *THE THEMATIC "SEXUAL ABUSE" UNDER THE OPTICS OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF STUDENTS OF FUNDAMENTAL TEACHING*

Tânia do Carmo

Universidade Estadual de Maringá – UEM  
taniadocarmo\_@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-6456-9859>

Joici de Carvalho Leite

Universidade Estadual de Maringá - UEM  
joicicarvalho@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-0603-2228>

Adriano José Ortiz

Instituto Federal do Paraná – IFPR  
adriano.ortiz@ifpr.edu.br  
<https://orcid.org/0000-0002-2222-2603>

Carlos Alberto de Oliveira Magalhães Júnior

Universidade Estadual de Maringá – UEM  
junioromagalhaes@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1116-0777>

#### RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar as possíveis Representações Sociais (RS) de 26 alunos do 9º ano do ensino fundamental de um Colégio Estadual da cidade de Maringá, no estado do Paraná, referente ao tema “abuso sexual”. Como aporte teórico e metodológico foi utilizada a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici, que visa investigar de maneira global a visão de um determinado grupo ou sujeito a respeito de um objeto ou de um sujeito. No procedimento de coleta de dados fez-se uso da “associação livre de palavras” e a análise situada no núcleo central das representações. Os resultados permitiram reconhecer a presença de RS sobre o tema, por meio de aspectos que fazem parte do senso comum, como por exemplo, reconheceram que o trauma, consequência do abuso, é causado apenas quando há penetração e a violência física deixada no corpo da vítima, não considerando outras formas de violência como a psicológica. Desta forma, as RS de abuso sexual identificadas entre os alunos se mostrou diretamente ligada à conjunção carnal, desconsiderando outras formas, o que pode deixá-los mais vulneráveis por não conhecerem o que efetivamente é tratado como abuso sexual, que causam consequências marcantes tanto quanto as que já conhecem.

**Palavras-chave:** adolescentes, violência sexual, educação básica.

## ABSTRACT

This paper searched the possible Social Representations (SR) of the 26 students of the middle school in an state school in Maringa city's, in the state of Paraná about the theme “sexual abuse”. Our theoretical and methodological approach was the Moscovici Social Representations Theory, which aims globally the view point of the a group or person about an object or subject. The procedure for data collection was the “free association” and the analysis situated in the representations central core. The results recognized the presence of the SR about the theme, by means of aspects that are part of common sense, for example, recognize that the trauma, abuse consequence, is caused only when there's penetration and the physical violence left in the victim's body, not considering others violence's forms, like psychological. This way, the sexual abuse SR present among students, relate it directly to carnal conjunction, disregarding other ways, leaving more vulnerables for not knowing what is effectively sexual abuse, which have striking consequences as well as those they already know.

**Keywords:** teens, sexual violence, basic education.

## Introdução

Dados oficiais brasileiros relatam que os índices de violência vêm aumentando vertiginosamente nas últimas décadas. Por se tratar de um termo muito amplo, podendo perpassar diversos contextos, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), classificou a “violência” como um ato no qual alguém faz uso do poder ou de uma força intencional, para ameaçar a si próprio, outra pessoa, grupo ou comunidade, podendo acarretar em lesões, mortes, alterações psíquicas e até mesmo privações.

Nessa perspectiva, Assis e Constantino (2003, p. 163) relatam que a violência pode ser entendida de forma mais ampla, como “qualquer ação ou omissão realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e espirituais a si próprios ou aos outros”. Porém, dentre tantas formas de violência que assolam o país, uma das que mais choca e causa indignação é sem dúvida a violência sexual. O que tem mobilizado distintos segmentos sociais no sentido de se pensar formas de enfrentamento desse desumano formato de violação dos direitos humanos.

Assim, a escola sendo o local onde as crianças e adolescentes passam uma grande parte de seu tempo, é um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades que promovam reflexão e ação, contribuindo para que os alunos compreendam o que é violência e suas diversas formas. O abuso sexual, que é uma vertente da violência sexual, problema presente em todo o mundo e que atinge milhares de crianças e adolescentes de forma silenciosa, na maioria das vezes por não saberem ao certo o que está efetivamente ocorrendo e/ou por medo das ameaças do agressor. Nesse sentido, o ensino de Ciências,

pode vir a contribuir abordando temas como a sexualidade, conforme proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1997).

No que tange ao contexto local onde a pesquisa foi realizada, Maringá foi o primeiro município brasileiro a implantar uma base de atendimento para o Conselho Tutelar, em 1990 (SILVA, 2017), entretanto 28 anos depois possui apenas dez conselheiros responsáveis para um montante de aproximadamente 400 mil habitantes segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 2016, o número de casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, na cidade, apresentou um aumento de 51% em relação ao ano anterior, de 153 casos para 232 (SILVA, 2017).

Nesse contexto, este estudo teve como objetivo investigar as possíveis Representações Sociais (RS) de alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública localizada na cidade de Maringá, estado do Paraná, referente ao tema “abuso sexual”, na busca de compreender como os alunos a representam socialmente e assim contribuir para que atividades de ensino e aprendizagem possam ser desenvolvidas no sentido de os ajudarem na melhor compreensão a respeito dessa temática.

## O abuso sexual: uma vertente da violência sexual

A violência sexual pode ser qualificada por atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e à mente do sujeito violado, desrespeitam os direitos e as garantias individuais, como liberdade, respeito e dignidade, previstos na Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990).

Práticas sexuais de adultos com crianças e adolescentes têm seus primórdios desde a Antiguidade (AZEVEDO; GUERRA, 1998). Na Idade Média, não havia uma distinção entre as particularidades sexuais infantis e adultas, isso só foi possível na Era Moderna, onde os espaços começaram a ser delimitados, bem como os sentimentos (ÀRIES, 1981). Nessa época, determinadas práticas sexuais não causavam a repulsa da sociedade como causam nos dias atuais.

A violência sexual pode ser compreendida a partir de duas vertentes: a exploração sexual e o abuso sexual. A exploração sexual tem como principal característica a transformação do corpo de crianças e adolescentes em mercadoria, visando o lucro. Esse tipo de violência pode ser disseminado por meio de pornografia, turismo sexual, o tráfico para fins sexuais e a prostituição (LIBÓRIO, 2004). Já o abuso sexual é considerado uma

modalidade de violência doméstica, relacionada ao interesse sexual de uma ou mais pessoas, possivelmente mais velhas, por crianças e adolescentes, podendo ser cometido por pessoas que tenham parentesco ou laços de amizade com a vítima, ou sem nenhuma relação (FLORENTINO, 2015). No caso do abuso sexual, diversas publicações referentes ao tema têm se propagado nos meios científicos nas últimas décadas, no entanto, ainda não há um consenso universal sobre essa definição (FERREIRA, 2002).

De acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 2002, p. 10), o abuso sexual pode ser caracterizado como:

[...] uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física. A etiologia e os fatores determinantes do abuso sexual contra a criança e o adolescente têm implicações diversas. Envolvem questões culturais (como é o caso do incesto) e de relacionamento (dependência social e afetiva entre os membros da família), o que dificulta a notificação e perpetua o “muro do silêncio”. Envolvem questões de sexualidade, seja da criança, do adolescente ou dos pais, e da complexa dinâmica familiar.

Além das práticas sexuais propriamente ditas, o abuso sexual também pode implicar em agressão física e emocional. Azevedo e Guerra (1997, p. 11) o definem da seguinte forma:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

O Código Penal brasileiro, até agosto de 2009, em seus artigos 213 e 214, abordavam duas categorias de abuso sexual: o estupro e o atentado violento ao pudor. O estupro era até então assim definido: “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Dessa forma, do ponto de vista legal era considerado estupro a “situação em que ocorre penetração vaginal com uso de violência [...]” (BRASIL, 2009), ou seja, o termo estupro era utilizado apenas para mulheres. Já o termo atentado violento ao pudor definido no art. 214 era definido como “constranger alguém a praticar atos libidinosos, sem penetração vaginal, utilizando violência ou grave ameaça [...]” BRASIL,

2009), termo utilizado para todas as outras formas de violência sexual que não fosse a penetração vaginal.

Em meio às crescentes discussões e contraposições a respeito do uso do termo apenas para o sexo feminino, autores como Segato (1999), Pimentel e Araújo (2007), em seus trabalhos se posicionam contra a definição de estupro estabelecida até então no Código Penal, de forma a considerar o estupro um ato de violência sexual contra qualquer pessoa de qualquer sexo. Portanto, em 07 de agosto de 2009 os artigos 213 e 214 foram unidos e, por meio da redação prevista pela Lei nº 12.015, o art. 213 do Código Penal ficou assim estabelecido: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). Então, é importante destacar que “o alcance legal agora é mais abrangente por contemplar outras condutas referentes ao ato sexual forçado que exprime ou inspire a volúpia na satisfação da luxúria” (BEZERRA FILHO, 2010, p. 27).

Independente da definição, o abuso sexual é crime bárbaro que além de ferir fisicamente deixa marcas psicológicas irreversíveis na vítima em decorrência de lembranças traumáticas. Conforme Silva (2000) são vários os traumas deixados por uma situação de abuso que interferem não apenas nos pensamentos da vítima, mas em todas as suas tomadas de atitudes, de iniciativa, de objetividade e de relacionamentos interpessoais. Ainda segundo o autor, a forma como a pessoa reagirá após um abuso dependerá da capacidade do mesmo em reagir a essa conflituosa situação. Todavia, a habilidade de controle da mente, de acordo com o autor, é uma posição otimista, e muitas vezes não realista na maioria dos casos.

Lamentavelmente, é muito comum, o discurso social que imputa a culpa à vítima, proveniente de representações culturais, construídas ao longo da história, recheadas de interpretações dúbias e contraditórias. Nesses casos, delegam à vítima que ela possa ter incitado a ocorrência da violência, pelo uso de roupas provocantes, pelo local e horário ou até mesmo por suas atitudes. Por esses motivos, infelizmente diversos casos de abuso sexual não são denunciados para as autoridades competentes. Para Drezett (2000), a ação da vítima em não denunciar o ocorrido está diretamente relacionada a fatores como: constrangimento, medo de ser humilhada, da incompreensão familiar, de parceiros, amigos, vizinhança e até mesmo das próprias autoridades.

Para se ter uma ideia do impacto social causado pelas discussões acerca do tema, até o ano de 2005 o código penal brasileiro permitia que o estuprador pudesse se casar

com a vítima como forma de evitar o cumprimento de pena (BRASIL, 2002, 2005). Outro exemplo foi a alteração realizada em 2009, conforme já mencionado, que reinterpreta o conceito de estupro de forma mais ampla, englobando no termo o que antes se entendia apenas como atentado violento ao pudor e substituindo o termo “mulher” por “alguém” (BRASIL, 2009).

Vale lembrar que no ano de 2016 o Brasil foi palco de dois casos de abuso sexual que assolaram a população: na cidade de Castelo do Piauí (PI), quatro jovens foram estupradas por quatro adolescentes e um adulto, agredidas e arremessadas do alto de um penhasco de cerca de 10 metros de altura, uma das meninas não resistiu aos graves ferimentos e morreu, de acordo com o *site* de notícias G1 Piauí<sup>1</sup>, o delegado do caso, Laércio Evangelista, classificou o caso como “cruel e muito bárbaro”. E na cidade do Rio de Janeiro (RJ), uma adolescente de 16 anos foi estuprada por cerca de 30 homens com vídeos e imagens divulgadas em redes sociais. Em declaração reproduzida pelo portal de notícias do Jornal O Globo<sup>2</sup>, a adolescente relata que quando acordou 33 homens estavam em cima dela. As manchetes sobre esses casos foram fortemente exploradas pelas diversas mídias.

Um ponto importante a ser ressaltado é que a grande maioria dos abusos ocorre dentro ou próximo da casa da vítima e são praticados por pessoas que apresentam vínculo com a mesma, como familiares, namorados ou amigos. Sabe-se, ainda, que as vítimas são em mais de 80% mulheres e menores de 18 anos (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

## Colaboração da escola

A escola tem papel de destaque na prevenção e interrupção de casos ou suspeitas de abuso sexual. É no ambiente escolar que ocorrem os compartilhamentos de conhecimentos e, dessa forma, a realização de aulas ou mesmo programas de educação voltados para a saúde e a educação sexual que tem como apoio institucional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/96, que em seu art. 2º ressalta: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/crime-em-castelo-do-piaui/noticia/2016/05/um-ano-apos-estupro-coletivo-g1-ouve-garotos-condenados-pelo-crime.html>>. Acesso em: 03 julho 2017.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492>>. Acesso em: 03 julho 2017.

Para que ocorra o enfrentamento da violência sexual exige-se a integração de segmentos sociais como a segurança, justiça, saúde, sociedade civil organizada e a escola. Dessa forma, a inserção de temas relacionados à sexualidade, violência sexual e por consequência o abuso sexual, são de suma importância em sala de aula.

No ensino fundamental, campo onde a pesquisa foi realizada, ainda persistem muitas práticas pedagógicas respaldadas em discursos socialmente normalizadores e naturalizados acerca do tema sexualidade. O ensino de Ciências precisa abandonar essas prerrogativas e trabalhar com seus alunos não apenas temas relacionados à sexualidade e ao corpo humano, mas também assuntos ligados à violência sexual, como evitá-la e como identificá-la.

De acordo com os PCN (BRASIL, 1997), para o ensino de Ciências, programas de educação voltados para a saúde e a educação sexual, são considerados temas transversais, podendo perpassar por todas as áreas disciplinares.

Para a prevenção do abuso sexual com crianças e jovens, trata-se de favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da autoestima, com a consequente inibição do submetimento ao outro (BRASIL, 1997, p. 293).

Ainda conforme o documento, o papel da escola é o de complementar os conhecimentos trazidos de casa pelos alunos, e nunca de substituir a educação que é proveniente do lar. Os conteúdos que serão trabalhados em sala de aula com os alunos deverão ser informados aos pais, para que o diálogo ocorra de todas as formas entre a escola e a família.

No que diz respeito à ação do professor ao perceber que estão ocorrendo agressões relacionadas à sexualidade, os PCN ressaltam que o mesmo tem o dever de interferir, levando o caso às instâncias competentes e dar assistência a vítima (BRASIL, 1997).

É necessário que toda a comunidade compreenda que a educação é um processo de construção coletiva, permanente e contínua em qualquer indivíduo, já que a mesma lida com conhecimentos diversificados, valores e atitudes (SILVA, 1997). Para tanto, a escola deve ter seu papel de agenciadora do saber e do conhecimento, abandonando a postura impositiva e propondo a discussão e a reflexão por parte da comunidade escolar, de forma a garantir o respeito ao outro (BRASIL, 1997).

Para Faleiros (1998, p. 5) “a família e a escola são redes fundamentais de articulação desse processo de formação da identidade, de proteção, de socialização da criança”. E dessa união é possível a construção de uma educação coletiva (pais e escola) que vise a educar as crianças para um futuro no qual não tenhamos mais que relatar cenas de abuso sexual.

Vitiello (1995) relata que as aulas que envolvem o tema sexualidade podem ser conduzidas com o auxílio de metodologias participativas e dialógicas, baseadas na realidade sociocultural e desenvolvidas com criatividade intimista e lúdica. Nesse ponto, é importante ressaltar que “trabalhar a sexualidade na escola não significa incentivar a prática sexual, mas sim resgatar valores para a vida e desenvolver a auto-estima” (SILVA, 2007, p. 22).

Em meio a tantas informações que atualmente parecem estar tão acessíveis e que podem ser encontradas nas mídias eletrônicas por meio de *sites* ou mesmo nas redes sociais, ainda há muito a ser discutido e esclarecido referente a temas como o abuso sexual. De tal forma, neste trabalho utilizou-se da Teoria das Representações Sociais (TRS) para compreender como adolescentes reconhecem esse ato em seu meio social.

## A Teoria das Representações Sociais (TRS)

A TRS foi proposta no ano de 1961 por Serge Moscovici, com a publicação de seu trabalho de doutorado intitulado *La psychanalyse, son image et son public*, e se disseminou na última década pelo cenário educativo. Abric (1998, p. 27) define o termo representação como “Uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito”. De acordo com o autor, a representação seria como a interpretação da realidade, ou seja, o comportamento e prática do indivíduo relacionado com o seu meio físico e social.

Com sua teoria pautada no campo da Psicologia Social, Serge Moscovici relata que o conhecimento produzido no meio científico se baliza de regras como: rigor lógico, teórico e metodológico, sendo denominado de “universo reificado”. Já o conhecimento elaborado a partir do cotidiano, senso comum, faz parte de um “universo consensual”, onde não existem limites nem restrições (MOSCOVICI, 2003). O autor indica ainda, que as RS têm papel de convenção, bem como prescrição em uma sociedade.

Em 1976 Jean Claude Abric complementa a TRS desenvolvendo a Teoria do Núcleo Central (TNC). Nessa teoria, as RS são compostas por um núcleo central e elementos periféricos. O núcleo seria a estrutura mais resistente, estável, determinando a memória



coletiva e as significações, enquanto, os elementos periféricos seriam mais brandos e diversificados, responsáveis pela atualização e contextualização da representação (ABRIC, 1998). Conforme Magalhães Júnior e Tomanik (2012), os elementos periféricos agem em defesa do núcleo central e são flexíveis em comparação a esses.

Segundo Arruda (2000, p. 72) “as representações sociais constituem uma forma de metabolizar a novidade, transformando-a em substância para alimentar nossa leitura de mundo, de tal modo incorporar o que é novo”. Nessa prerrogativa, o espaço escolar mostra-se como ideal para a discussão, quebra de paradigmas, representações e intervenção em casos de abuso sexual.

## Percurso metodológico

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada com estudantes de uma turma do 9º ano do ensino fundamental de um colégio estadual da cidade de Maringá, noroeste do estado do Paraná, Brasil, no período matutino, e contou com a participação de 26 adolescentes com idades entre 13 e 16 anos. As participações foram voluntárias e a coleta de dados ocorreu no primeiro semestre do ano de 2016. A turma foi selecionada intencionalmente, pois naquele momento iniciou-se, na disciplina de Ciências, aos conteúdos sexualidade e reprodução humana. Dessa forma, o tema “abuso sexual” pode desencadear discussões indicando as RS dos adolescentes (MAGALHÃES JÚNIOR; TOMANIK, 2012).

A técnica de coleta de dados utilizada neste estudo denomina-se “associação livre de palavras” (SÁ, 1996). Assim, os alunos receberam uma folha composta apenas pelo termo indutor: “abuso sexual”, no qual deveriam escrever as cinco primeiras palavras que lhes vieram à mente em relação ao tema proposto e, em seguida, deveriam classificá-las de acordo com seu grau de importância, sendo o número um a mais importante e a de número cinco a menos importante. O objetivo desse tipo de hierarquização é o de proporcionar uma reavaliação da ordem em que as palavras foram evocadas (NAIFF; NAIFF; SOUZA, 2009; ROCHA, 2009). A aplicação da técnica foi finalizada solicitando aos alunos para dissertarem, de forma breve, sobre cada uma das palavras descritas.

Os dados coletados foram analisados e as palavras com semelhança semânticas, foram alocadas em um mesmo grupo, permitindo a identificação dos elementos centrais e periféricos das RS em conformidade com premissas sugeridas por Sá (1996), Naiff, Naiff e Souza (2009) e Magalhães Júnior e Tomanik (2012). Esses estudiosos indicam a utilização

da fórmula da Ordem Média das Evocações (OME) para determinar as RS que os indivíduos compartilham sobre um assunto.

O próximo passo foi calcular, por meio de algumas fórmulas simples adaptadas do trabalho de Galvão e Magalhães Júnior (2016), a Ordem Média de Evocação (OME), para cada grupo, por meio da fórmula:  $\sum G/f$  ( $G$  = grau de importância;  $f$  = frequência) e a frequência ( $f$ ):  $\sum f$ , logo após, foi calculada a média das frequências:  $\sum f/GS$  ( $f$  = frequência;  $GS$  = quantidade de grupos semânticos) e a média das OME:  $\sum OME/GS$ . Por meio desses cálculos foi possível então determinar a quais quadrantes cada grupo semântico pertencia elaborando assim, o quadro de quatro casas.

## Resultados e discussão

Ao analisar as evocações realizadas pelos alunos, registraram-se 130 palavras. Desse total, 14 foram descartadas por apresentarem frequência igual a um e não se enquadrarem em nenhum dos grupos semânticos. De acordo com a literatura, elas não apresentam importância em relação à representatividade do grupo (FERREIRA et al., 2005; TEIXEIRA; BALÃO; SETTEMBRE, 2008; MAGALHÃES JÚNIOR; TOMANIK, 2013), restando para a análise 116 palavras, que após a constituição dos grupos semânticos, compuseram o quadro 1, conhecido como quadro ou quadrante de quatro casas. Para a sistematização dos grupos semânticos no quadro de quatro casas (Quadro 1), foram utilizados como base a média das frequências ( $F$ ) que foi igual a 5,0 a OME média dos grupos igual a 3,2. Deste modo, no 1º quadrante localizam-se os elementos do núcleo central, possuindo maior frequência ( $f$ ) e menor ordem média de evocação (OME), no 2º e 3º quadrantes encontram-se os elementos intermediários, e por fim, no 4º quadrante estão os elementos periféricos, pouco evocados e com alta OME (SÁ, 1996; 2000; MARQUES; OLIVEIRA; GOMES, 2004; CORTES JUNIOR; CORIO; FERNANDEZ, 2009; NAIFF; NAIFF; SOUZA, 2009; ROCHA, 2009).

Elementos centrais - 1º quadrante			Elementos intermediários - 2º quadrante		
Alta $f$ e baixa Ordem Média de Evocações $f \geq 5,0$ e $OME < 3,2$			Alta $f$ e alta Ordem Média de Evocações $f \geq 5,0$ e $OME \geq 3,2$		
Grupo semântico de palavras	$f$	OME	Grupo semântico de palavras	$f$	OME
Trauma	25	3,1	Sexo a força	8	3,4
Estupro	22	2,0	Morte da vítima	6	3,2

Violência	9	2,4			
Elementos intermediários - 3º quadrante			Elementos periféricos - 4º quadrante		
Baixa f e baixa Ordem Média de Evocações f<5,0 e OME<3,2			Baixa f e alta Ordem Média de Evocações f<5,0 e OME≥3,2		
Grupo semântico de palavras	f	OME	Grupo semântico de palavras	f	OME
Gravidez	4	2,5	Dor física	4,0	3,5
Mulher	3	2,7	Psicopata	4,0	3,5
Sufrimento	3	2,7	Covardia	3,0	4,0
Consequências	2	3,0	Aborto	3,0	3,7
Cadeia/prisão	2	2,5	Assédio	2,0	5,0
Abuso de menor	2	2,0	Sequestro	2,0	4,0
Agressão	2	1,5	Tristeza	2,0	4,0
			Machucados	2,0	4,0
			Camisinha	2,0	4,5
			Abuso	2,0	3,5
			Consciência	2,0	3,5

**Quadro 1** - Elementos das RS referentes à “Abuso Sexual” apresentados pelos alunos do 9º ano

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores.

Analisando o quadro 1, pode-se perceber que o núcleo central das RS é possivelmente representado pelos grupos semânticos constantes no 1º quadrante (núcleo central): trauma, estupro e violência, esses elementos são os mais rígidos e difíceis de serem mudados, respondendo pela homogeneidade do grupo.

O grupo semântico “trauma” foi o que obteve maior frequência (25) e OME (3,1). Essa maior representatividade pode ser explicada pelas marcas que as consequências do abuso sexual deixam na vítima, sendo o trauma uma delas. Nas explicações dos alunos para o referido termo, foram encontrados os seguintes excertos: “Algo que traumatiza uma pessoa no caso o sexo” (A03); “Lembrança ruim sobre qualquer acontecimento, por exemplo: estupro” (A12) e ainda explicações do tipo “Depois que ocorre o estupro você pode ficar com vários problemas psicológicos como não querer que ninguém nunca mais toque em você” (A24).

Nas falas desses alunos foi possível perceber que eles ainda vinculam o trauma ao ato sexual carnal, por meio de expressões como: sexo e estupro. Entretanto, em conformidade com a lei nº 12.015/2009, o estupro não está mais relacionado apenas à prática de conjunção carnal, mas também ao ato de constranger a vítima permitindo que se pratique com ela atos libidinosos diversos da conjunção carnal. Dessa forma, os alunos

ao relacionarem o trauma apenas ao ato quando ocorre a conjunção carnal, deixam de considerar outros contextos em que podem ocorrer o abuso sexual, como: abuso verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo, *voyeurismo*, pornografia, incesto e ainda a exploração sexual (ABRÁPIA, 2002; LIBÓRIO, 2004).

Assim, mediante as declarações dadas pelos alunos, pode-se inferir que eles apresentam RS relacionadas ao trauma por compartilharem uma ideia limitada deste como sendo uma consequência do abuso sexual. Deve-se salientar que o mesmo nível de compreensão foi percebido nas falas que serão apresentadas como representação do grupo semântico “estupro”.

Para o segundo grupo semântico, “estupro”, que apresentou  $f=22$  e  $OME=2,0$  as justificativas relacionadas ao termo são representadas em falas como: “É quando uma pessoa quer fazer sexo e a outra não, então ela faz a força” (A07); “É abuso sexual quando uma pessoa não quer fazer sexo e do mesmo jeito força a fazer” (A10); “É quando uma pessoa te abusa sexualmente, ou seja, te obriga a fazer sexo com ela sem você querer” (A16).

Após análise das falas que representam o grupo “estupro” e compará-las com a nova definição do termo instaurada desde agosto de 2009 no art. 213 do Código Penal brasileiro, percebeu-se que a compreensão dos alunos ainda está ligada a antiga definição (Lei nº 8.072/1990). Nesse sentido, podemos deduzir que o meio em que esses alunos vivem, ainda compartilha da ideia antiga do termo estupro, sendo exclusivamente a conjunção carnal, fato que precisa ser refletido. Porém, é compreensível que esse processo demore algum tempo até se instaurar, pois por um longo período foi o aceito pela sociedade.

Logo, foi possível averiguar que assim como fizeram para o primeiro grupo semântico “trauma”, os alunos relacionaram abuso sexual diretamente à penetração, caracterizando uma visão restrita de estupro. Esse tipo de compreensão já era criticado por autores como Segato (1999) e Pimentel e Araújo (2007) que defendiam um entendimento mais amplo e complexo do termo antes mesmo da reformulação da lei, por conter muitos indícios de uma sociedade pré-moderna, que não defendia os direitos da vítima, mas sim dos valores morais. Dessa forma, é possível depreender que os alunos ainda compartilham de RS acerca do estupro.

O último grupo semântico que compõe o núcleo central denominado “violência”, representado nas falas dos alunos como: “É quando a pessoa é agredida e forçada a fazer

aquilo e muitas vezes as vítimas de violência ficam com sintomas no corpo para o resto da vida e pode até matar” (A01); “É pegar a vítima e obrigar ela a fazer algo que não goste, maltratar, judiar entre outros” (A04); “Quando bate na pessoa até morrer” (A06).

A violência aborda em sua especificidade o abuso sexual, sendo que neste estudo obteve  $f=9,0$  e  $OME=2,4$ . No entanto, por meio das falas de A01, A04 e A06 é possível perceber que os alunos a compreendem no sentido da agressão física, ao citarem situações como “sintomas pelo corpo”, “pode até matar”, “bater até morrer”. Assis e Constantino (2003) ressaltam que a violência não deve ser compreendida apenas como o ato de agressão física, mas sim como formas mais abrangentes de agressão à integridade física, emocional, moral e espiritual do ser humano. Levando-se em conta as considerações a respeito da violência, entendidas pelos alunos, pode-se inferir que estes compartilham de RS, por apresentarem aspectos sobre o termo, compatíveis em vias de senso comum.

Em meio aos grupos semânticos pertencentes ao núcleo central, é possível compreender que o alunado reconhece aspectos estritamente relacionados ao termo indutor, no entanto, é aceitável reconhecer possíveis RS ao apresentarem explicações para os termos trauma e estupro relacionando-os de forma direta a penetração. Também, podem ser consideradas RS as visões de violência que abordam apenas a agressão física.

Apesar da abrangente conceituação relacionada ao abuso sexual, os dados indicam uma restrição das RS desses alunos ao estupro como ato violento e com consequências traumáticas. As relações de poder não são observadas no grupo, o que pode afastá-los de elementos importantes desta discussão como: Quem são os estupradores? Quem são as pessoas estupradas? E pensando em responder às questões como essas, e ajudar os alunos que possam estar em situação de risco, é que a escola deve elaborar atividades que contemplem a temática sexualidade, como sugerido pelos PCN (BRASIL, 1997), para discutir, informar e contribuir para que crianças e adolescentes tenham de alguma forma, maiores condições de defesa e reconhecimento quando estiverem em situação e/ou sofrendo abuso sexual.

## Considerações finais

Mediante os dados obtidos neste estudo, pode-se afirmar que os alunos reconhecem situações que estão diretamente ligadas ao abuso sexual, como o estupro, a violência e o trauma. No entanto, com delimitações quanto a real compressão desses termos. Para eles caracteriza-se estupro apenas em casos em que ocorre o ato sexual com

penetração, no caso da violência consideram somente a que deixa sinais físicos de agressão e o trauma vinculam-no a lembranças de um ato sexual carnal.

Assim, esses alunos compartilham de possíveis RS por não compreenderem o abuso sexual de forma mais ampla, levando em conta apenas a conjunção carnal, descartando o abuso sexual verbal, o assédio sexual, a pornografia, o exibicionismo, dentre tantas outras formas de práticas sexuais que não envolvem contato físico. Discussões e reflexões acerca do tema devem ser promovidas no espaço escolar, na expectativa de estruturar um ambiente potencialmente significativo, que proporcione uma transformação das possíveis RS dos alunos, aproximando-os dos conhecimentos do universo científico a respeito do tema.

Assuntos dessa natureza impactam a sociedade quando ocorrem, mas ainda não são bem compreendidos pelos adolescentes, que por muitas vezes podem sofrer abuso sexual e não o reconhecer, por falta de conhecimento do que realmente se trata. Nesse sentido, ainda há muito a ser discutido e refletido com os alunos para que essa realidade possa ser transformada por meio do conhecimento, já que ele consegue abrir caminhos para a quebra das RS que persistem no meio social.

## Referências

ABRAPIA. Abuso Sexual: mito e realidade. 3ª ed. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 2002.

ABRIC, Jean Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D. C. (Org.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB. p. 27-38, 1998.

ÀRIES, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ARRUDA, Ângela. Representações sociais e movimentos sociais: grupos ecologistas e ecofeministas do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. (orgs.) Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia, AB-Editora, p. 71-86, 2000.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Violência contra crianças e adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (Org.). Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 163-198, 2003.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca, 1998.

BEZERRA FILHO, Aluízio. *Crimes Sexuais: anotados e comentados*. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2010.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 20 abril 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 abril 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 10 abril 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Institui o código civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm)>. Acesso em: 19 janeiro 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 11.106 de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm)>. Acesso em: 19 janeiro 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12015 de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em: 19 janeiro 2017.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilode Santa Cruz. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde*. Brasília: IPEA, 2014.

CORTES JUNIOR, Lailton Passos; CORIO, Paola; FERNANDEZ, Carmem. *As Representações Sociais de Química Ambiental dos Alunos Iniciantes na Graduação em Química*. Revista Química Nova na Escola, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 46-54. 2009. Disponível em: <[http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc31\\_1/09-AF-5608.pdf](http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc31_1/09-AF-5608.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DREZETT, Jefferson. *Manejo integral da violência sexual pelos serviços públicos de saúde*. 2000. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228449796\\_MANEJO\\_INTEGRAL\\_DA\\_VIOLENCIA\\_SEXUAL\\_PELoS\\_SERVICOS\\_PUBLICOS](https://www.researchgate.net/publication/228449796_MANEJO_INTEGRAL_DA_VIOLENCIA_SEXUAL_PELoS_SERVICOS_PUBLICOS)>. Acesso em: 15 março 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. (Org.), Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Brasília: CECRIA, p. 9-28, 1998.

FERREIRA, Ana Lúcia. O atendimento a crianças vítimas de abuso sexual: avaliação de um serviço público. 273f. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; SANTOS JÚNIOR, Ary Ferreira dos; AZEVEDO, Raquel Campanete de; VALVERDE, GARZIELLA. Representação Social do Trabalho: Uma contribuição para o estudo da Motivação. Estação Científica, 2005. Disponível em: <<http://victorparadela.com/Artigos/Artigo.RST.pdf>>. Acesso em: 19 janeiro 2017.  
FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio/ago. 2015.

GALVÃO, Camila Brito; MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira. A relação entre as Representações Sociais de professores sobre Educação Ambiental e os projetos relacionados à Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 33, n. 2, p. 124-141, 2016.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Exploração sexual comercial infantojuvenil: Categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia. M. Gomes. (Org.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. Goiânia: Casa do Psicólogo/Editora da UCG. p. 19-50, 2004,

MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; TOMANIK, Eduardo Augusto. Representações sociais e direcionamento para a educação ambiental na Reserva Biológica das Perobas, Paraná. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 17, n. 1, p. 227-248, 2012.

\_\_\_\_\_. Representações Sociais de Meio Ambiente: Subsídios para a formação continuada de professores. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 181-199, 2013.

MARQUES, Sergio Corrêa; OLIVEIRA, Denize Cristina; GOMES, Antonio Marcos Tosoli. AIDS e Representações Sociais: uma análise comparativa entre subgrupos de trabalhadores. *Psicologia: Teoria e Prática*, ed. especial, p. 91-104, 2004.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes. 2003.

NAIFF, Denis Giovani Monteriro; NAIFF, Luciene Alves Minguez; SOUZA, Marcos Aguiar de. As Representações Sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 216-229, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Informe mundial sobre la violencia y salud. Genebra (SWZ): OMS; 2002.



PIMENTEL, Adelma; ARAÚJO, Lucivaldo da Silva. Concepção de criança na pós-modernidade. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 27, n. 2, p. 184-193, 2007.

ROCHA, Adauto Galvão da. Representações Sociais sobre novas tecnologias da informação e da comunicação: novos alunos, outros olhares. 314f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.

SÁ, Celso Pereira de. Núcleo Central das Representações Sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. A Representação Social da Economia Brasileira antes e depois do Plano Real. In A. S. P. Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. (Org.). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*, 2 ed. Goiânia: AB. p.49-69, 2000.

SEGATO, Rita Laura. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. (Org.). *Violência, gênero e crime no distrito federal*. Brasília, EDU - UNB, 2002.

SILVA, Aída Maria Monteiro. A violência na escola: a percepção dos alunos e professores. *Série Ideias*, n. 28, São Paulo: FDE, 1997, p. 253-267. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/amc\\_a.php?t=001](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/amc_a.php?t=001)>. Acesso em: 15 março 2017.

SILVA, Ilma Ribeiro. *Abuso e trauma*. São Paulo: Vetor, 2000.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. *Sexualidade começa na Infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SILVA, Vivian. Abuso sexual contra crianças e adolescentes aumenta 51%. Portal da Prefeitura do Município de Maringá. 2017. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=6d6f6561a6556d&id=30129>>. Acesso em: 27 março 2018.

TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; BALÃO, Sônia Maria da Silva; SETTEMBRE, Flávio Maciel. Saliência de conteúdos de representação social sobre o envelhecimento: análise comparativa entre duas técnicas associativas. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 16, n. 4, p. 518-524, 2008.

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. *Revista Brasileira da Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 18-25, 1995.

**Submetido em 13/07/2017**

**Aprovado em 03/04/2018**

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)